

GÊNERO NA TERAPIA FAMILIAR: ANÁLISE DE CONTEÚDOS DE CURSOS DE FORMAÇÃO E PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

GENDER IN FAMILY THERAPY: CONTENT ANALYSIS OF TRAINING COURSES AND PERIODICAL PUBLICATIONS

GÉNERO EN TERAPIA FAMILIAR: ANÁLISIS DE CONTENIDO DE CURSOS DE FORMACIÓN Y PUBLICACIONES PERIÓDICAS

ERIKA GREICY
KOYAMA REHDER ¹

LENISE SANTANA
BORGES ²

RESUMO: Este artigo é fruto de uma pesquisa documental de cunho descritivo e exploratório de mestrado, pela qual buscamos levantar os sentidos sobre gênero presentes nos conteúdos programáticos dos institutos formadores em terapia familiar e nas produções científicas das revistas *Nova Perspectiva Sistêmica* e *Pensando Famílias*, a partir da perspectiva socioconstrucionista. A revisão na literatura internacional evidenciou que a leitura de gênero e interseccional é expressiva, e tem fomentado discussões importantes para (re)pensar teorias e possibilidades na prática clínica. Por outro lado, no contexto brasileiro, percebemos que o conceito de gênero é pouco explorado se considerarmos a sua potencialidade analítica e política. Quando a discussão acontece, as aproximações com a perspectiva construcionista e os estudos de gênero contribuem para reflexões críticas. Todavia, nossos resultados apontaram carência de discussões teóricas e práticas, bem como a inclusão da perspectiva interseccional.

PALAVRAS-CHAVE: Terapia familiar e de casal; Gênero; Perspectiva socioconstrucionista.

RESUMEN: Este artículo es resultado de una investigación documental descriptiva y exploratoria de maestría, a través de la cual buscamos levantar los significados sobre género presentes en los contenidos programáticos de institutos de formación en terapia familiar y en las producciones científicas de las revistas *Nova Perspectiva Sistêmica* y *Pensando Familias*. La revisión de la literatura internacional mostró que los estudios de género e interseccionalidad son significativos y han fomentado discusiones importantes para (re)pensar teorías y posibilidades en la práctica clínica. Por otro lado, en el contexto brasileño, percibimos que el concepto de género es poco explorado considerando su potencial analítico y político. Cuando se da esta discusión, los acercamientos a la perspectiva construcionista y a los estudios de género contribuyen a las reflexiones críticas. Sin embargo, nuestros resultados señalaron una falta de discusiones teóricas y prácticas, así como la inclusión de la perspectiva interseccional.

Palabras clave: terapia familiar y de pareja; género; Perspectiva socioconstrucionista.

ABSTRACT: This paper is the result of a descriptive and exploratory documentary research for a master's degree through which we sought to identify the meanings of gender present in the programatic content of family therapy training institutes and in the scientific productions of the journals *Nova Perspectiva Sistêmica* and *Pensando Famílias*, from a socioconstructionist perspective. The review of international literature showed that gender and intersectional interpretations are significant and have fostered important discussions to (re)think theories and possibilities in clinical practice. On the other hand, in the Brazilian context, we noticed that the concept of gender is little explored if we consider its analytical and political potential. When the discussion takes place, the approaches to the constructionist perspective and gender studies contribute to critical reflections. However, our results pointed to a lack of theoretical and practical discussions, as well as the inclusion of the intersectional perspective.

Keywords: Family and couples therapy; Gender; Socioconstructionist perspective;

¹ UniAraguaia – Centro Universitário (GO), Goiânia, GO, Brasil

² Pontifícia Universidade Católica – PUC/GO, Goiânia, GO, Brasil

<https://www.doi.org/10.38034/nps.v34i81.783>

Recebido em: 17/02/2024
Aceito em: 18/03/2025



INTRODUÇÃO

O campo da terapia familiar e de casal constituiu-se de modo heterogêneo, considerando as raízes que favoreceram seu surgimento a partir da década de 1950. Nota-se que elas vêm de diversas escolas, com perspectivas teóricas e metodológicas diversas, como a terapia familiar sistêmica de Bowen, a terapia familiar estratégica, a terapia familiar estrutural, a terapia familiar experiencial, a terapia familiar psicanalítica e a terapia cognitivo-comportamental, entre outras (Costa, 2010; Grandesso, 2011; Nichols & Schwartz, 2007).

A terapia familiar (TF)¹ buscou superar a perspectiva individual e essencialista para uma visão mais ampla e focada na dinâmica familiar (Grandesso, 2011). Apesar de a nova visão ter sido considerada um “salto” no modo de ver as famílias e seus problemas, no início dos anos 1980, segundo Miller (1994), terapeutas feministas como Marianne Waters, Betty Carter, Olga Silversteins, Peggy Papp, Rachel Hare-Mustin e Virginia Goldner desafiaram o campo ao mostrar lacunas e a presença de princípios, posicionamentos teóricos e práticos que não reconheciam a desigualdade de poder nas famílias (Walters, 1994).

As críticas mostraram que a TF sofreu influências de uma sociedade androcêntrica e eurocêntrica, legado dos terapeutas familiares precursores - grupo constituído majoritariamente por homens, brancos, heterossexuais e ocidentais, que privilegiaram o modelo da família nuclear para garantir seus valores e interesses (Bloch & Rambo, 1998). Algumas ideias reproduziram mitos como “liberdade pelas escolhas”; “igualdade entre os membros da família/casal”; “normatividade dos papéis masculino e feminino”; e o “mito da neutralidade do/a terapeuta”, sem considerar os efeitos das relações de poder e questões sociais mais amplas que afetam as vidas das pessoas (Knudson-Martin & Laughlin, 2005).

O conceito sistêmico da “complementariedade” – pressuposto difundido que considera funcionais as diferenças entre as pessoas nos processos relacionais –, segundo Cheryl Ramage e Judith Avis (1998), invisibiliza e legitima desigualdades entre as pessoas, sendo uma brecha para sustentar privilégios a determinados membros nas famílias. Outro conceito criticado foi o de “simetria” – suposição de que se deve evitar disputas pelo papel da liderança, pois o conflito por relações igualitárias pode ser um problema (McDowell *et al.*, 2023).

Em uma breve síntese do panorama da TF, segundo McDowell, Knudson-Martin e Bermudez (2023), no contexto estadunidense, a primeira geração de terapeutas focou na estabilidade e autocorreção dos sistemas relacionais das famílias, modelo amplamente criticado pelas feministas. A segunda geração buscou superar a ideia de neutralidade e incluiu o/a terapeuta no sistema familiar, ou seja, os seus posicionamentos, origem e valores tornam-se reconhecidos como influentes no processo terapêutico. Já a terceira geração, a partir da década de 1980, trouxe um novo fôlego para a TF ao evidenciar a importância da inclusão de uma lente sociocultural e de gênero (McDowell *et al.*, 2023).

Assim, as temáticas das opressões raciais, étnicas, de gênero, classe, sexualidade, nacionalidade, entre outras, passaram a ser emergentes nas discussões teóricas e da prática clínica. Essa discussão mostrou inclusive a importância dos/as terapeutas refletirem sobre as suas próprias localizações sociais para o desenvolvimento de habilidades e competências profissionais (Combs, 2018; McDowell *et al.*, 2002; Nichols & Schwartz, 2007; Pendry, 2012).

Na literatura internacional, há avanço nas discussões sobre racismo e privilégios da branquitude na TF (Cottrell-Boyce, 2022), além do reconhecimento das questões sociais e suas implicações na prática clínica (Chin *et al.*, 2022; Pendry, 2012, 2017;

¹ Adotamos a sigla “TF” para mencionar o campo da terapia familiar e de casal.

Knudson-Martin, McDowell & Bermudez, 2019), da terapia familiar e diferentes culturas (Jordan, 2022) e do impacto do racismo nas famílias (Afuape *et al.*, 2022). Os estudos mostram, ainda, a importância de incorporar discussões sobre gênero na formação para que os/as terapeutas possam desenvolver sensibilidade social a partir da própria reflexão do impacto do gênero em suas vidas (Mui-Teng Quek, Eppler & Morgan, 2016; Watts-Jones, 2010).

Vale lembrar que muitas dessas questões levantadas pelo movimento feminista encontraram ecos e pontos de tensão epistemológica com a perspectiva construcionista (Gonzaga, Guanaes-Lorenzi & Nogueira, 2022), que se desenvolveu em diversas áreas do conhecimento, inclusive na Psicologia (Gergen, 1985; Spink, 2013). O encorajamento característico da abordagem feminista e da psicologia socioconstrucionista, pautado na reflexividade, postura crítica e política frente à ciência moderna, permitiu questionar conceitos como identidade, linguagem, sexualidade e gênero, entre outros, ao mostrar que são conhecimentos produzidos, interessados e endereçados, como nos alerta Borges (2014).

As críticas ao essencialismo e à suposta objetividade e neutralidade da ciência impulsionaram muitos/as terapeutas a buscar um fazer terapêutico colaborativo e sensível aos contextos sociais das famílias, como as práticas pós-modernas – Terapia Narrativa (White & Epston, 1990) e Práticas Colaborativas Dialógicas (Anderson & Goolishian, 2020).

Em contrapartida, a possibilidade de adotar uma postura política na terapia gera muitas inquietações. Algumas práticas defendem essa ideia ao abordar os sistemas complexos de poder, como a Terapia Narrativa (Denborough, 2009). Apesar das inquietações ao propor diálogos entre ativismo e academia, há debates sobre a possibilidade de construção de pontes generativas, como aponta Borges (2014).

Em vista disso, o artigo recente publicado no *Jornal Europeu de Psicoterapia e Aconselhamento*, dos autores Pedro Martins *et al.* (2023), com título inspirador traduzido para “Colaboração e política: um terapeuta pode trabalhar de forma coerente enquanto é informado por práticas dialógicas colaborativas e narrativas?”² (tradução minha), faz um convite importante para reflexão sobre a complexidade de abordar gênero na prática clínica e a possibilidade de articular uma postura construcionista e política no contexto terapêutico. Conforme vimos, a terapia familiar continua em desenvolvimento, e tem sido convocada para responder novas demandas diante das transformações da sociedade contemporânea, principalmente a partir da influência da globalização nos modos de relacionamento, nas famílias e no campo do trabalho (Giddens *et al.*, 2012).

Dito isso, não há dúvida que gênero representa um conceito analítico e político importante para compreendermos como as opressões sociais impactam as vidas das pessoas e suas relações. Portanto, o desenvolvimento da consciência de gênero dos/as terapeutas é fundamental para uma prática clínica comprometida com a transformação social. Importante lembrar que gênero, enquanto um conceito, possui uma longa história. Adotamos o sentido de gênero a partir da definição de Joan Scott (2019), historiadora estadunidense que, em seu artigo clássico “*Gender: a useful category of historical analysis*”, publicado em 1986, apresentou diversos sentidos da palavra “gênero” (re)construídos.

Nesse caminho, Conceição Nogueira (2017) mostra o desenvolvimento dos estudos de gênero a partir dos movimentos feministas. Segundo a autora, a chamada “primeira onda do feminismo”, que ocorreu entre as décadas de 1950 e 1960, representou a luta pelos direitos civis e políticos, como o direito ao voto, à educação, à propriedade privada e a questões trabalhistas. Nesse momento, não se falava em gênero, mas sim em “mulher”.

A “segunda onda”, que se desenrolou a partir dos anos 1960 até os anos 1980, denunciou as injustiças e opressões vivenciadas pelas mulheres nas próprias famílias e no âmbito social, colocando em pauta questões da sexualidade, direitos de

2 Publicado em inglês com o título “*Collaboration and politics: Can a therapist work coherently while being informed by both collaborative-dialogic and narrative practices?*”

reprodução, contracepção, aborto, violência sexual e doméstica (Nogueira, 2017). O slogan “O pessoal é político” marcou essas reivindicações, assim como os conceitos de patriarcado e dominação.

Segundo a antropóloga Adriana Piscitelli (2009), em 1963, o psicanalista Robert Stoller usou o termo “identidade de gênero”, em um congresso, para apresentar a ideia de que “sexo” estava relacionado com a biologia e gênero com a cultura. Para ele, enquanto a “diferença sexual” (órgãos genitais) definia as pessoas a partir do modelo binário, gênero representava um aprendizado (ser mulher e ser homem) que era histórico e cultural. Piscitelli (2009) destaca, ainda, dois momentos importantes na trajetória do conceito: o fortalecimento do campo teórico e epistemológico feminista que propiciou o desenvolvimento de gênero como uma ferramenta analítica, para compreensão da relação das desigualdades sociais, e o conceito “sistema sexo/gênero” desenvolvido pela antropóloga Gayle Rubin, na década de 1970, para explicar a opressão da mulher a partir da diferença sexual.

Na “terceira onda”, no final dos anos de 1980, o feminismo negro, lésbico, interseccional, decolonial, transfeminismo, entre outros movimentos, surgem para reivindicar legitimidade no movimento feminista e articular questões de gênero a partir das intersecções com outras matrizes de opressão (Nogueira, 2017). A lente interseccional, portanto, evidenciou a complexidade das múltiplas formas de exclusão social. A partir da década de 1990, Judith Butler, filósofa feminista contemporânea estadunidense, propõe a desconstrução da “identidade” como algo intrínseco e imutável, e problematiza os conceitos de gênero e “sexo” como categorias decorrentes de construções sociais, produtos de discursos que implicam relações de poder (Butler, 2018).

Não obstante a trajetória do conceito, segundo Scott (2019), muitas vezes “gênero” foi empregado nas pesquisas para inserção de temáticas sobre mulheres, crianças e famílias, com objetivo apenas descritivo, mas sem um tensionamento político e de problematização dos efeitos dos discursos dominantes. Sob outro enfoque, muitos estudos utilizaram “gênero” apenas como sinônimo de pesquisas sobre “mulheres”.

No final do século XX, gênero surge como uma categoria analítica (Scott, 2019), mostrando sua potência política para questionar de que maneira as relações de poder, como sexismo, racismo, classismo, heterossexismo, etarismo, entre outras, são construídas e como podemos transformá-las (Louro, 2022; Piscitelli, 2009). Todavia, apesar das discussões, quando se analisa a produção acadêmica, percebe-se que a inclusão das temáticas de gênero e feminismo na Psicologia são ainda marginalizadas (Borges, 2014; Borges *et al.*, 2013; Narvaz, 2009). Em vista disso, buscamos com esta pesquisa compreender como a TF tem incluído esse debate.

DO PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa buscou mapear os sentidos de gênero que transitam em contextos da TF a partir da análise dos CP e de publicações das revistas científicas *Nova Perspectiva Sistêmica* (RNPS) e *Pensando Famílias* (PF)³. Fundamentamos nossas escolhas na representatividade dessas instituições no Brasil e reconhecendo, desde o início, a heterogeneidade do campo, que abarca diversas perspectivas teóricas e práticas e uma pluralidade de profissionais de áreas de formação distintas.

Delimitamos os objetivos gerais em analisar se os institutos e núcleos formadores incluem a temática de gênero nos (CT)⁴, bem como se as revistas RNPS e PF o fazem, e de que forma ela é feita. Adotamos uma abordagem qualitativa, de cunho descritivo e exploratório, e utilizamos a metodologia da pesquisa documental, entendida aqui como uma pesquisa feita a partir de documentos como produtos sociais que constroem

3 Para evitar repetições, utilizamos ao longo do texto as siglas “RNPS” para Revista Nova Perspectiva Sistêmica e “PF” para fazer menção à revista Pensando Famílias.

4 Adotamos a sigla “CT” para conteúdo(s) programático(s).

significados sobre o cotidiano (Spink, 2013), visando analisar as narrativas de gênero contidas em três fontes independentes (CP, RNPS e PF).

No primeiro estudo, definimos como *corpus* da pesquisa os CP dos institutos de formação e especialização vinculados à ABRATEF. No segundo e no terceiro estudo, recorreremos às produções científicas das revistas RNPS e PF. Para buscar responder nossa pergunta de pesquisa, elegemos a proposta teórico-metodológica das Práticas Discursivas e Produção de Sentido no Cotidiano no contexto da Psicologia Social (Spink, 2013), a qual está alinhada com a postura construcionista, que considera a pesquisa uma prática crítica, reflexiva e social, cujo interesse é compreender o modo como as pessoas constroem coletivamente sentidos em relação ao mundo e a si mesmas em um determinado contexto sócio-histórico e cultural (Spink & Menegon, 2013). Uma vez que reconhecemos que os CP dos cursos de formação em TF e as produções científicas veiculadas nas revistas RNPS e PF consistem em produções linguísticas, ou seja, materialidades e produções sociais, a análise foi realizada a partir dos elementos das práticas discursivas, com ênfase nos repertórios interpretativos que, segundo Spink e Medrado (2013), correspondem aos conteúdos, termos, conceitos, descrições, lugares-comuns e figuras de linguagem que sustentam e norteiam as construções discursivas.

DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Para a seleção dos CT, identificamos 48 (quarenta e oito) institutos formadores a partir do site institucional da ABRATEF e das associações regionais. Em seguida, solicitamos os CP formalmente, via correio eletrônico (*e-mail*), a cada instituto formador. Dessas solicitações, apesar de duas tentativas de contato, recebemos retorno de apenas 3 (três) institutos. Posteriormente, efetuamos a busca dos CP através dos sites dos institutos e encontramos um total de 27, porém selecionamos apenas 1 CP desse levantamento, visto que 26 (vinte e seis) CP apresentavam informações simplificadas e apenas de natureza comercial.

Para selecionar os CP, seguimos os critérios de inclusão: CP de cursos ativos; CP com informações suficientes em relação às bases teóricas, epistêmicas, metodológicas e referências bibliográficas. Também utilizamos os seguintes critérios de exclusão: CP de institutos com cursos suspensos; CP com informações insuficientes de acordo com os critérios de inclusão.

Dessa forma, o nosso *corpus* foi composto por 4 (quatro) CP: 3 (três) recebidos por e-mail e 1 (um) disponível no site, ambos das regiões Sudeste e Sul do país. Após leitura na íntegra, organizamos as informações em 4 critérios para análise: (1) especificidade do curso (Pós- Graduação Lato Sensu ou curso de formação); (2) abordagem; (3) descrição das disciplinas e (4) principais autores/as referenciados.

DAS REVISTAS RNPS E PF

As escolhas dos periódicos, RNPS vinculado ao Instituto Noos e PF ao Domus (Centro de Terapia Individual, Casal e Família), se deram pelos sólidos percursos das revistas e dos institutos na TF. O próximo passo foi o levantamento das publicações a partir do termo “gênero” no banco de dados PePsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), considerando que representa um importante indexador de revistas científicas na área da Psicologia no Brasil.

Após a leitura, selecionamos seguindo os critérios de inclusão: artigos em português e que mencionassem o termo “gênero” no título/resumo e/ou palavras-chave, textos

com referências bibliográficas, e publicados até 2021; como critérios de exclusão: artigos repetidos e/ou sem menção ao termo “gênero” no título e/ou texto, sem referências bibliográficas e excluídos do recorte temporal. Dessa forma, compuseram nosso *corpus* 12 (doze) artigos da RNPS publicados entre 2017 e 2021, e 14 (quatorze) artigos da PF publicados entre 2013 e 2021. Para cada revista, sistematizamos as informações para uma visão analítica das características das publicações: título; autoria/instituição; palavras-chave; tipo de estudo/discussão teórica e/ou prática; perspectivas teóricas e metodológicas; principais referências citadas e ano de publicação.

Na segunda parte da análise, para identificar os discursos sobre gênero, classificamos os artigos a partir de 3 (três) categorias construídas: a) categoria analítica – discussões a partir do entendimento do sentido de gênero como uma categoria que estrutura relações assimétricas de poder e produz efeitos nas diversas situações cotidianas e de modo relacional entre as pessoas (Piscitelli, 2009; Scott, 2019); b) categoria empírica – gênero como uma construção social e cultural atrelada à ideia dos papéis sociais e estereótipos de gênero com foco nas diferenças sociais entre homens e mulheres, de caráter descritivo, mas sem discutir as relações de poder (Araújo, 2005); c) categoria genérica – correspondeu aos trabalhos que de algum modo dialogam com o conceito de gênero de forma abrangente, considerando posicionamentos concomitantes das categorias analítica e empírica ao longo do texto.

Organizamos as informações em 3 categorias, sendo elas: (1) “categoria analítica”; (2) “categoria empírica”; (3) “categoria genérica”. Em cada categoria foram colocados trechos dos artigos que representam os sentidos de gênero nos trabalhos. E, a partir desses recortes, destacamos os repertórios interpretativos (Spink & Medrado, 2013) que sustentam as práticas discursivas sobre gênero. Orientamos nossas escolhas a partir das perguntas: a) “Como os/as autores/as nomeiam o conceito de gênero?”; b) “Qual é o objetivo do conceito no artigo?” e c) “Quais são os possíveis efeitos ao reconhecer gênero no contexto do artigo?”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos Conteúdos Programáticos dos Cursos de Formação/Especialização em TF

O CP 1 não apresenta disciplina específica que expresse a temática de gênero ou perspectiva sociocultural como pilar importante na formação. Apesar disso, não podemos concluir se há ou não uma lacuna, já que a discussão pode estar inserida dentro de alguma disciplina base; por outro lado, notamos que a disciplina sobre violência no contexto familiar não faz menção aos estudos de gênero para compreensão da sua complexidade.

Percebemos a mesma tendência no CP 2. Na disciplina “Psicoterapia de casal”, que poderia abordar de modo interdisciplinar os estudos de gênero, não fica evidente essa escolha, ainda que discuta temas como violência geracional e psicológica. As referências, também, não indicaram autores/as dos estudos de gênero e/ou da perspectiva feminista na TF.

No CT 3, as disciplinas “história da TF”, “história social da família”, “carreira e família”, “práticas pós-modernas”, “família e aspectos legais” não apresentaram inclusão das questões de gênero. Percebemos que, na disciplina sobre sexualidades, não são utilizados autores/as pós-estruturalistas, como Foucault e Butler, para ampliar os discursos normativos. Notamos que disciplinas voltadas para temáticas como aconselhamento pastoral, sexualidade e a Bíblia podem, de algum modo, influenciar na proposta do curso.

Por fim, o CP 4 apresentou uma vasta lista de referências básicas, mas não a ementa completa do curso. Mesmo assim, observamos que não há menção aos estudos de gênero e/ou a uma perspectiva sociocultural no curso.

Com isso, compreendemos que o conceito de gênero não se mostra relevante para a formação dos/as terapeutas. Notamos, ainda, que os institutos possuem autonomia para construir seus programas, desde as escolhas das temáticas às abordagens, postura alinhada com o documento da ABRATEF⁵, o que pode promover pluralidade da TF, mas também pode resultar em falta de direcionamento e lacunas na incorporação dessas questões.

DOS ARTIGOS DA REVISTA NOVA PERSPECTIVA SISTÊMICA

Analisando as temáticas dos artigos da RNPS, identificamos que a violência de gênero é dominante e se apresenta para discutir questões diversas, tais como: grupos reflexivos de gênero para homens autores de violência (Beiras *et al.*, 2021; Mourão & Batista, 2021), violência sexual (Lordello & Costa, 2017; Passarela *et al.*, 2019), violência de gênero na mídia (Silva & Gonzaga, 2020), contextos das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) (Maffioletti & Maffioletti, 2020) e violência de gênero cibernética (Lordello *et al.*, 2019). O conceito de gênero é articulado com temas como masculinidade hegemônica, sexismo, objetificação da mulher, estereótipos de gênero e relações de poder.

Em 2 artigos, gênero é vinculado à sexualidade (Gonzaga & Guanaes-Lorenzi, 2019; Lenzi & Lenzi, 2018) para desconstruir discursos normativos e refletir sobre outros modos de vivenciar a sexualidade e de estar no mundo, para além do modelo heteronormativo e binário (Butler, 2018; Louro, 2022). Outros propõem discutir conceitos como maternidade, paternidade (Coelho *et al.*, 2020) e casamento/carreira das mulheres (Figueiredo & Diniz, 2018). Assim, verificamos que, dos 12 artigos, 7 trabalhos (Beiras *et al.*, 2021; Coelho *et al.*, 2020; Luna, I., 2021; Maffioletti & Maffioletti, 2020; Gonzaga & Guanaes-Lorenzi, 2019; Lenzi & Lenzi, 2018; Lordello & Costa, 2017) dialogam com a perspectiva teórica e metodológica socioconstrucionista e/ou práticas pós-modernas, conforme alguns autores/as citados/as: Kenneth Gergen, Tom Andersen, Sheila McNamee, John Shotter, Harlene Anderson, Harold Goolishian, Carla Guanaes-Lorenzi, Emerson Rasera e Michael White.

Tendo em vista a coerência dos autores pós-estruturalistas com as propostas construcionistas por se situarem dentro de um paradigma pós-moderno, identificamos referências a Foucault e a autoras dos estudos de gênero, como Judith Butler, Joan Scott, Donna Haraway, Heleieth Saffioti e Conceição Nogueira. Todavia, localizamos apenas 1 artigo (Figueiredo & Diniz, 2018) que dialoga com autoras feministas da TF, como: Marianne Walters, Thelma Jean Goodrich, Cheryl Rampage, Betty Carter e Monica McGoldrick.

Apesar de a maioria dos trabalhos promover a problematização das relações de poder, a perspectiva interseccional é pouco explorada. Alguns artigos (Beiras *et al.*, 2021; Luna, I., 2021; Mourão & Batista, 2021; Silva & Gonzaga, 2020) reconhecem as múltiplas formas de opressão ao fazer referência a Conceição Nogueira e Kimberlé Crenshaw, mas não avançam nas discussões e chegam a considerá-la um dos limites dos estudos.

No que tange às metodologias, dos 12 artigos analisados, 6 articularam uma discussão teórica/prática, sendo que 5 abordaram propostas de processos grupais: Luna, 2021, Mourão e Batista, 2021, Beiras *et al.*, 2021, Gonzaga e Guanaes-Lorenzi, 2019, Lordello e Costa, 2017 e Lenzi e Lenzi, 2018. Esses estudos, alinhados à proposta

5 A ABRATEF elaborou o documento denominado "Documento Mínimo Norteador de Formação" (2008), pelo qual estabelece critérios mínimos curriculares para a formação em TF

construcionista, apoiam-se em relatos de experiências da própria prática como forma de construção do conhecimento.

Na segunda parte da análise, identificamos 9 artigos na categoria analítica que adotam o conceito de gênero a partir da noção de relação de poder. Um exemplo se encontra no artigo de Mourão e Batista (2021), que mostra a importância de grupos reflexivos de gênero para problematizar a masculinidade hegemônica e a violência de gênero. Dentro dessa categoria ainda, as autoras Gonzaga e Guanaes-Lorenzi (2019), a partir de uma perspectiva construcionista, apresentam uma prática de intervenção grupal para problematizar discursos relacionados à sexualidade.

Os repertórios interpretativos encontrados nos artigos da categoria analítica confirmam o posicionamento de desconstrução desses discursos. Em relação às nomeações de gênero, destacam-se termos como: “construção social”, “dinâmicas de poder”, “categoria analítica”, “princípio organizador”, “forma de significar as relações de poder”. Quanto ao objetivo do uso do conceito, resgatamos os verbos: “analisar”, “problematizar”, “refletir” e “revitalizar”. Em relação aos efeitos do uso do conceito, os repertórios apontam para um compromisso frente às hierarquias de poder: “confrontar”, “problematizar” e “subverter”.

Não identificamos artigos que se encaixam na categoria empírica. Assim, alo- camos 3 artigos na categoria genérica que tangenciam entre as categorias analítica e empírica de forma vaga ou difusa devido ao uso do termo gênero com sentidos diferentes nos trabalhos.

Sobre os repertórios identificados na categoria genérica, gênero é explicado a partir de diferentes ideias, como: “construção social”, “preconceitos de gênero” e “gênero das vítimas”. Em relação aos objetivos da incorporação do conceito, gênero está mais vinculado ao sentido de “patriarcado”, “cultura patriarcal”, “posição social da mulher”, próximos de uma leitura descritiva (Araújo, 2005).

É possível perceber que alguns estudos não avançaram na discussão de gênero, muitas vezes sem valer-se da potência do conceito (Piscitelli, A., 2009), que é fundamental para compreender as relações sociais e a diversidade de experiências a partir dos impactos dos marcadores sociais da diferença. Existe o risco de desconsiderar, na prática profissional, a relação entre as questões sociais mais amplas e o sofrimento psíquico, uma limitação que está presente em outros estudos (Curado & Jacó-Vilela, 2021; Santos & Cerqueira-Santos, 2016).

DOS ARTIGOS DA REVISTA PENSANDO FAMÍLIAS

Em relação à temática, percebemos que questões voltadas para parentalidade são mais expressivas na PF, e gênero é utilizado para discutir demandas da contemporaneidade, como novas formas de famílias e ampliação das possibilidades do exercício da parentalidade e maternidade. O artigo de Bustamante (2019) discute a participação paterna no cuidado dos bebês. Outro artigo trata do interesse pela construção dos papéis parentais (Botton *et al.*, 2015), enquanto Gradwohl *et al.* (2014) discorre sobre a diferença entre maternidade e maternagem. Outros artigos buscaram refletir para além dos modelos hegemônicos e ressaltaram a importância do apoio familiar nas questões relacionadas à sexualidade e identidade de gênero (Campos *et al.*, 2017; Zerbinati & Bruns, 2018).

Diferentemente dos artigos da RNPS, que têm influências construcionistas, na análise da PF percebemos certo distanciamento dessas perspectivas, embora algumas

publicações dialoguem com teóricas pós-estruturalistas como Judith Butler e Foucault (Botton *et al.*, 2015; Campos *et al.*, 2017; Franco *et al.*, 2018; Zerbinati & Bruns, 2018). E, quanto aos estudos de gênero, autoras como Joan Scott e Heleieth Saffioti foram citadas em poucos artigos. Por fim, algumas publicações utilizaram referências de teóricas que abordam uma perspectiva feminista na psicologia, como Silvia Koller, Martha Narvaz e Conceição Nogueira (Botton *et al.*, 2015; Muhlen & Sattler, 2016; Zanzhetta *et al.*, 2022); contudo, a perspectiva interseccional foi explorada em nenhum dos artigos.

Na segunda etapa da análise, na categoria analítica, localizamos 7 artigos com uma multiplicidade de repertórios interpretativos para nomear o termo “gênero”: “relações de gênero”; “desigualdade de gênero”; “papéis de gênero”; “questões de gênero”; “identidade de gênero”; “estereótipos de gênero”; “dicotomia do gênero”; “modelos de gênero”. Alinhada nesta categoria, o artigo de Franco *et al.* (2018) investigou a relação da violência doméstica com o rompimento conjugal a partir das relações de poder e desconstrução dos discursos que reproduzem situações de violência em diversos espaços.

Em relação aos objetivos do uso do conceito, encontramos diversas palavras/verbos para explicar o uso do termo “gênero” nas discussões propostas, principalmente para problematizar os papéis sociais e estereótipos de gênero: “ampliar”; “refletir”; “compreender”; “problematizar”; “analisar”; “transcender”; “construir”; “identificar”. Portanto, percebemos que os trabalhos buscam visibilizar e discutir os impactos da desigualdade de gênero.

No que tange aos efeitos do conceito de gênero, entendemos que os/as autores/as buscam ampliar os debates e propor novas leituras. Os verbos que destacamos representam uma ideia de transformação: “desconstruir”; “desnaturalizar”; “redistribuir”; “responsabilizar”.

Na categoria empírica, identificamos 5 artigos que predominantemente apresentaram discussões sobre papéis sociais e estereótipos de gênero para refletir sobre as experiências das mulheres, focando nas diferenças entre homens e mulheres.

Nesse sentido, o artigo das autoras Santos e Cerqueira-Santos (2016) apresenta uma revisão integrativa sobre o fenômeno da infidelidade conjugal. Discutem os estereótipos de gênero, as influências da tecnologia, as práticas sexuais, novos modos de relacionamentos, ressaltando as diferenças entre as experiências “masculina e feminina”.

Identificamos alguns repertórios interpretativos utilizados para nomear gênero e que reforçam essa concepção: “desigualdade de gênero”; “construção social dos gêneros”. Quanto aos repertórios relacionados ao objetivo da inclusão do conceito de gênero, destacam-se palavras/verbos como: “reorganizar”; “romper”; “intensificar” e “revelar”. Nota-se que esses repertórios tendem reconhecer as desigualdades de gênero e pouco problematizam para promover transformação, como vimos nos artigos da categoria analítica. E, quanto aos repertórios dos efeitos do conceito de gênero, encontramos termos como “mudança de visão” e “sustentar novas práticas relacionais” no artigo de Goulart Júnior *et al.* (2013).

Por fim, identificamos 2 artigos na categoria genérica, na qual gênero é utilizado como sinônimo de “sexo”, para distinguir homens e mulheres e para discutir estereótipos, como nas expressões: “questões de gênero”; “identidade de gênero”. No que diz respeito aos repertórios interpretativos relacionados ao objetivo do conceito de gênero, encontramos expressões que reforçam as dicotomias entre homens e mulheres, como: “posição polarizada”; “direções opostas”; “mulheres unidas”; “superar o estigma”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando nosso objetivo da pesquisa, identificar os significados do gênero que aparecem nos conteúdos programáticos e nas Revistas PF e RNPS, identificamos que nas publicações das revistas RNPS e PF os conceitos estão presentes. Mesmo que a temática esteja inclusa, ainda prevalecem alguns sentidos que discutem gênero a partir do paradigma e papéis e estereótipos sociais, sendo pouco problematizadas as relações diferenciadas de poder entre homens e mulheres. Por outro lado, os artigos que conferem ao gênero sentidos mais críticos e reflexivos, problematizando as relações de poder, aproximam-se da postura socio-construcionista, favorecendo a reflexão sobre as interfaces e efeitos entre teoria e prática.

Em relação aos conteúdos identificados nos CP dos cursos de Terapia Familiar, a menção ao conteúdo de gênero se faz de forma pontual, e não como tema central no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, evidenciando algo que outros estudos haviam identificado como uma lacuna, ou como usos ainda muito restritos nos cursos de graduação em psicologia (Borges *et al.*, 2013). Ainda sobre os usos do conceito de gênero, há uma carência da perspectiva interseccional que acompanha os debates mais recentes da literatura internacional (Daneshpour, 2023; Few-Demo & Allen, 2020; Hardy & McGoldrick, 2019; Imber-Black, 2019; Mui-Teng Quek & Lin Hsieh, 2021; Pendry, 2012, 2017).

Tais estudos têm apontado, como fator fundamental para o desenvolvimento de uma sensibilidade social e cultural dos/as terapeutas, o aprimoramento curricular com a efetiva inclusão dessas discussões para evitar a reprodução de injustiças sociais e uma prática com viés androcêntrico, racista e sexista. Algumas “boas práticas” têm sido utilizadas, como, por exemplo, o trabalho com o *self* dos/as terapeutas a partir das próprias localizações sociais, bem como das/os próprias/os supervisoras/es, para que desenvolvam competências para trabalhar essas questões através do uso de recursos como filmes, livros. Outra mudança promissora tem sido a diversificação da composição do corpo docente e das instituições, buscando a inclusão de outras perspectivas e vozes no desenvolvimento da TF.

Buscamos, com o nosso estudo, provocar questionamentos que contribuam para o desenvolvimento de uma práxis implicada com as questões sociais, econômicas, culturais e políticas, de modo a incentivar a criatividade, a colaboração e o intercâmbio de experiências entre os/as profissionais. Assim, longe de apresentar respostas definitivas e críticas, aspiramos promover diálogo contínuo para construções de novas possibilidades na prática na TF.

REFERÊNCIAS

- Afuape, K., Bisimwa, N., Campbell, K., Jemmott, R., Jude, J. N., & Nasif. (2022). Black and proud: Impact of intergenerational racism on global majority family systems. *Journal of Therapy Family* 44(1), 5-19. <https://doi.org/10.1111/1467-6427.12386>
- Anderson, H., & Goolishian, H. (2020). O cliente é o especialista. In: S. McNamee; K. J. Gerg (Org.). *A terapia como construção social*. 2. ed. (C. O. Dornelles, trad.) (pp. 53-71). Instituto Noos.
- Araújo, M. de F. (2005). Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psicologia Clínica*, 17(2), 41–52. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652005000200004>
- Beiras, A., Bronz, A., & Schneider, P. de F. (2021). Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual - primeiras adaptações, desafios metodológicos e potencialidades. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 29(68), 61–75. <https://doi.org/10.38034/nps.v29i68.606>

- Bloch, D. A., & Rambo, A.** (1998). O início da terapia familiar: temas e pessoas. *In*: M. Borges, L. S. (2014). *Feminismos, teoria queer e psicologia social crítica: (re) contando histórias*. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 280-289.
- Borges, L. S.** (2014). Feminismos, teoria queer e psicologia social crítica: (re)contando histórias.... *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 280-289. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000200005>
- Borges, L. S., Canuto, A. A. A., Oliveira, D. P., & Vaz, R. P.** (2013). Abordagens de gênero e sexualidade na Psicologia: revendo conceitos, repensando práticas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(3), 730-745. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000300016>.
- Botton, A., Cúnico, S. D., Barcinski, M., & Strey, M. N.** (2015). Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. *Pensando famílias*, 19(2), 43-56. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000200005&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 5 de fevereiro de 2024.
- Bustamante, V.** (2019). Participação paterna no cuidado durante o primeiro ano de vida. *Pensando famílias*, 23(1), 89-104. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679494X2019000100008&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 5 de fevereiro de 2024.
- Butler, J.** (2018). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 16. ed. (R. Aguiar, trad.). Civilização Brasileira.
- Campos, M. T. de A., De Tilio, R., & Crema, I. L.** (2017). Socialização, gênero e família: uma revisão integrativa da literatura científica. *Pensando famílias*, 21(1), 146-161. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679494X2017000100012&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 5 de fevereiro de 2024.
- Chin, J., Hughes, G., & Miller, A.** (2022). Examining our own relationships to racism as the foundation of decolonising systemic practices. 'No time like the present'. *Journal of Family Therapy*, 44(1), 76-90. <https://doi.org/10.1111/1467-6427.12384>
- Coelho, I. M., Souza, D. C. de, & Silva, I. R. da.** (2020). Características do relacionamento conjugal de casais que optaram por não ter filhos. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 29(67), 56-69. <https://dx.doi.org/10.38034/nps.v29i67.559>
- Combs, G.** (2018). White privilege: What's a Family Therapist to do? *Journal of Marital and Family Therapy*, 45, 61-75. <https://doi.org/10.1111/jmft.12330>.
- Costa, L. F.** (2010). A perspectiva sistêmica para a Clínica da Família. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 26(spe), 95-104. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500008>
- Cottrell-Boyce, J.** (2022). "Addressing White privilege in family therapy: A discourse analysis". *Journal of Family Therapy*, 44(1), 142-156. <https://doi.org/10.1111/1467-6427.12363>
- Curado, J. C., & Jacó-Vilela, A. M.** (2021). Estudos de Gênero na Psicologia (1980-2016): Aproximações e Distanciamentos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1-16. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003219132>.
- Daneshpour, M.** (2023). *Gender, power and global social justice: The Healing Power of Psychotherapy*. Routledge Taylor & Francis Group.
- Denborough, D.** (2009). Some Reflections on the Legacies of Michael White: An Australian Perspective. *Australian and New Zealand Journal of Family Therapy*. 30(2), 92-108. doi:10.1375/anft.30.2.92. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/247830812_Some_Reflections_on_the_Legacies_of_Michael_White_An_Australian_Perspective Acesso em 5 de fevereiro de 2024.
- Few-Demo, A. L., & Allen, K. R.** (2020). Gender, Feminist, and Intersectional Perspectives on Families: A Decade in Review. *Journal of Marriage and Family*, 82, 326-345. <https://doi.org/10.1111/jomf.12638>.
- Figueiredo, M. G. de, & Diniz, G. R. S.** (2018). Mulheres, casamento e carreira: um olhar sob a perspectiva sistêmica feminista. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 27(60), 100-110.

- Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-78412018000100008&lng=pt&tlng=pt Acesso em 5 de fevereiro de 2024.
- Franco, D. A., Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T.** (2018). Violência doméstica e rompimento conjugal: repercussões do litígio na família. *Pensando famílias*, 22(2), 154-171. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679494X2018000200011&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 5 de fevereiro de 2024.
- Gergen, K. J.** (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, 40, 266-275.
- Giddens, A., Beck, U., & Lash, S.** (2012). *Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna*. 2. ed. (M. Lopes, trad.) Editora UNESP.
- Gonzaga, D. K., & Guanaes-Lorenzi, C.** (2019). Práticas colaborativas para intervenção em grupo com adolescentes e profissionais de saúde sobre sexualidade. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 28(65), 82-97. <https://dx.doi.org/10.38034/nps.v28i65.539>
- Gonzaga, D. S. K., Guanaes-Lorenzi, C., & Nogueira, C.** (2022). Debate Epistemológico Para O Entendimento Da Pesquisa Feminista Construcionista Social. *Psicologia & Sociedade*, 34, e260679. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2022v34260679>
- Goulart Júnior, E., Feijó, M. R., Cunha, É. V. da, Corrêa, B. J., & Gouveia, P. A. do E. S.** (2013). Exigências familiares e do trabalho: um equilíbrio necessário para a saúde de trabalhadores e organizações. *Pensando famílias*, 17(1), 110-122. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679494X2013000100011&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 5 de fevereiro de 2024.
- Gradwohl, S. M. O., Osis, M. J. D., & Makuch, M. Y.** (2014). Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. *Pensando famílias*, 18(1), 55-62. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679494X2014000100006&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 5 de fevereiro de 2024.
- Grandesso, M. A.** (2011). *Sobre a Reconstrução do Significado: Uma análise Epistemológica e Hermenêutica da Prática Clínica*. 3ª ed. São Paulo, Casa do Psicólogo.
- Hardy, K. V., & McGoldrick, M.** (Org.) (2019). *Re-Visioning Therapy Training: Addressing Diversity in Clinical Practice*. 3 ed (3-27; 477-495), The Guilford Press.
- Imber-Black, I.** (2019). A letter to Family therapists in the 21st Century. In: McGoldrick, Monica; Hardy, Kenneth V. (Org.) *Revisoning Family Therapy: Addressing Diversity in Clinical Practice*. 3 ed. The Guilford Press, 526-539.
- Jordan, L. S.** (2022). Unsettling colonial mentalities in family therapy: Entering negotiated spaces. *Journal of Family Therapy*, 44(1), 171-185. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-6427.12374>
- Knudson-Martin, C., & Laughlin, M. J.** (2005). Gender and Sexual Orientation in Family Therapy: Toward a Postgender approach. *Family Relations*, 54(1), 101-115. <https://doi.org/10.1111/j.0197-6664.2005.00009.x>.
- Knudson-Martin, C., McDowell, T., & Bermudez, J. M.** (2019). From knowing to doing: Guidelines for socioculturally attuned family therapy. *Journal of Marital and Family Therapy*, 45, 47-60. <https://doi.org/10.1111/jmft.12299>
- Lenzi, T., & Lenzi, B.** (2018). O sexo dialógico: um conceito facilitador para conversações sobre práticas sexuais. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 27(60), 71-86. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-78412018000100006&lng=pt&tlng=pt.
- Lordello, S. R. M., & Costa, L. F.** (2017). Intervenção grupal com mulheres cuja gravidez decorreu de violência sexual: uma leitura construcionista social. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 26(59), 52-70. <https://revistanps.emnuvens.com.br/nps/article/view/316>
- Lordello, S. R., Souza, L., & Coelho, L. de A. M.** (2019). Adolescentes e redes sociais: violência de gênero, sexting e cyberbullying no filme Ferrugem. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 28(65), 68-81. <https://doi.org/10.38034/nps.v28i65.538>

- Louro, G. L. (2022). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 16. ed. Editora Vozes.
- Luna, I. J. (2021). Uma proposta teórico-metodológica para subsidiar a facilitação de grupos reflexivos e de apoio ao luto. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 29(68), 46–60. <https://doi.org/10.38034/nps.v29i68.585>
- Maffioletti Cavaler, C., & Maffioletti Macarini, S. (2020). Repensando práticas: delegacias da mulher enquanto espaço dialógico de prevenção à violência conjugal. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 29(66), 60-73. <https://doi.org/10.38034/nps.v29i66.516>
- Martins, P. P. S., Cabral, D. G., Ness, O., & Guanaes-Lorenzi, C. (2023). Collaboration and politics: Can a therapist work coherently while being informed by both collaborative-dialogic and narrative practices? *European Journal of Psychotherapy & Counselling*. DOI: 10.1080/13642537.2023.2175886
- McDowell, T., Fang, S. R., Brownlee, K., Young, C. G., & Khanna, A. (2002). *Transforming an MFT program: a model for enhancing diversity*. *Journal of Marital and Family Therapy*, 28, 179–191.
- McDowell, T., Knudson-Martin, C., & Bermudez, M. J. (2023). *Socioculturally Attuned Family Therapy Guidelines for Equitable Theory and Practice*. 2 ed. Routledge.
- Miller, A. (1994). *Os sexos e o poder nas famílias*. In: A. C. Miller, Perelberg, R. J. (Org.). (M. C. Fernandes, trad.) (pp. 27-46).
- Mourão, T. H. R. Q., & Batista, K. S. A. (2021). Grupo “diálogos de paz”: atuação inter-setorial junto a homens autores de violência contra as mulheres. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 30(70), 93-107. <https://dx.doi.org/10.38034/nps.v30i70.602>
- Muhlen, B. K., & Sattler, M. (2016). Empoderando mulheres nas relações conjugais: rumo à satisfação conjugal. *Pensando famílias*, 20(2), 192-201. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679494X201600200014&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 5 de fevereiro de 2024.
- Mui-Teng Quek, K., Eppler, C., & Morgan, M. L. (2016). Gender in family therapy education: reflections of cis-females. *Journal of Family Therapy*, 38, 443-462. <https://doi.org/10.1111/1467-6427.12122>
- Mui-Teng Quek, K., & Lin Hsieh, A. (Org.) (2021). *Intersectionality in Family Therapy Leadership*, AFTA SpringerBriefs in Family Therapy, https://doi.org/10.1007/978-3-030-67977-4_1
- Narvaz, M. G. (2009). *A(in)visibilidade do gênero na psicologia acadêmica: onde os discursos fazem(se) política*. Tese [Doutorado em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/18884>.
- Nichols, M. P., & Schwartz, R. C. (2007). *Terapia Familiar: Conceitos e Métodos*. 7. ed. (M. A. Veronese, trad). Editora Artmed.
- Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e Psicologia Feminista*. Devires.
- Passarela, C. de F. T., Stroher, L. M. C., & Costa, L. F. (2019). As violências sofridas por mulheres que ofenderam sexualmente. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 28(64), 47-60. <https://dx.doi.org/10.21452/2594-43632019v28n64a04>
- Pendry, N. (2012). Race, racism and systemic supervision. *J. Family Therapy*, 34, 403-418. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6427.2011.00576.x>.
- Pendry, N. (2017). The construction of racial identity. Implications for clinical supervision. In: Jo. Bownas; G. Fredman (Ed.). *Working with embodiment in supervision a systemic approach*. (pp. 19-34). Routledge.
- Piscitelli, A. (2009). Gênero: a história de um conceito. In: H. Almeida; J. E. Szwako (Org.). *Diferenças, igualdade* (pp. 116-148). Berlendis & Vertecchia.
- Rampage, C., & Avis, J. M. (1998). Identidade sexual, feminismo e terapia familiar. In: Santos, L. C., Carvalho, A. B., Amaral, J. G., Borges, L. A., & Mayorga, C. (2016).

- Gênero, feminismo e psicologia social no brasil: análise da revista psicologia & sociedade (1996-2010). *Psicologia & sociedade*, 28(3), 589-603.
- Santos, Lais Rocha, & Gerqueira-Santos, Elder.** (2016). Infidelidade: uma revisão integrativa de publicações nacionais. *Pensando famílias*, 20(2), 85-98. Recuperado em 02 de abril de 2025, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2016000200007&lng=pt&tlng=pt.
- Scott, J.** (2019). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Hollanda, Heloisa B. (Org.). *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais* (p. 49-83). Bazar do Tempo.
- Silva, G. M., & Gonzaga, D. S. K.** (2020). Psicologização do machismo e romantização da violência de gênero no filme *Wifi Ralph*. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 29(68), 76-90. <https://dx.doi.org/10.38034/nps.v29i68.561>
- Spink, M. J., & Medrado, B.** (2013). Produção de sentido no cotidiano. In Spink, M. J.; Frezza, R. M. (Org.). *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas*. (pp. 1-21). Centro Edelstein de pesquisas sociais.
- Spink, M. J., & Menegon, V. M.** (2013). A pesquisa como prática discursiva? Spink, M. J., Frezza, R. M. (Org.). *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas*. (pp. 21-50).. Centro Edelstein de pesquisas sociais.
- Spink, P.** (2013). Análise de documentos de domínio público. In *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas*. Centro Edelstein de pesquisas sociais. (pp.79-106).
- Walters, M.** (1994). Uma perspectiva feminista da terapia da família. In: R. J. Perelberg; A. C. Miller (Org.). *Os sexos e o poder nas famílias* (M. C. Fernandes, trad.) (pp. 27-46).
- Watts-Jones T. D.** (2010). Location of self: opening the door to dialogue on intersectionality in the therapy process. *Family process*, 49(3), 405-420. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2010.01330.x>
- White, M., & Epston, D.** (1990). *Narrative means to therapeutic ends*. Norton
- Zerbinati, J. P., & Bruns, M. A. de T.** (2018). A família de crianças transexuais: o que a literatura científica tem a dizer? *Pensando famílias*, 22(2), 37-51. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679494X2018000200004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 5 de fevereiro de 2024.

ERIKA GREICY KOYAMA REHDER

Mestra em Psicologia pela PUC-GO (CNPq e CAPES). Graduada em Psicologia e Direito pela Universidade Paulista. Atuação como psicóloga em atendimentos individuais, para casais e famílias, e docente do curso de Psicologia da UniAraguaia- Centro Universitário (GO). E-mail: erika.greicy@terra.com.br
<https://orcid.org/0009-0002-3386-6743>

LENISE SANTANA BORGES

Doutora em Psicologia Social (PUC/SP, 2008), prof. do curso de Psicologia na PUC/GO, atuando na graduação e pós-graduação (PSSP). Coordena o grupo de estudos e pesquisa Construção de Fatos Sociais/GEPCFS e integra o grupo “Práticas Sociais e Cotidiano” da ANPEPP.
E-mail: lenise@pucgoias.edu.br
<https://orcid.org/0000-0003-4347-8728>